

## **Educação Ambiental nas Empresas: Desenvolvimento Sustentável e Consciência Ecológica**

Elionice Carvalho Silva\*

### **Resumo**

Educação Ambiental é viés necessário para surgimento de novas atitudes e comportamentos e ao tempo que possam ser engendrados uma Consciência Ecológica nas empresas, bem como refletirá na sociedade e nas relações sociais. Para entendimento da concepção e relevância do tema, a proposta desse artigo visa identificar como gestão poderá desenvolver Educação Ambiental para Desenvolvimento Sustentável no espaço empresarial, atrelado na especificidade de compreender a relevância da Educação Ambiental para o despertar desenvolvimento sustentável na empresa, entendendo também como os Gestores poderão desenvolver a prática de consciência ambiental. Nesse sentido, pretende-se apontar que a Educação Ambiental pode influenciar comportamentos para novas práticas valorosas para proteção ao meio ambiente, bem como conseqüentemente irá proteger e conservar a vida no planeta. Assim, compreendemos que a educação ambiental é imprescindível nas empresas e que torna-se essencial para influenciar ações nos colaboradores, gerando novos comportamentos pode a transformar a cultura organizacional para o desenvolvimento sustentável e consciência ecológica.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Consciência Ecológica. Gestão.

### **Introdução**

O presente trabalho restringe-se a discussão sobre Educação Ambiental para um Desenvolvimento Sustentável e Consciência Ecológica Empresarial. O tempo urge a necessidade das empresas se atentarem para novas práticas empresariais voltadas para o desenvolvimento sustentável e nesse sentido, a Educação Ambiental é um viés imprescindível para uma gestão pautada em valores ambientais para um despertar da consciência ecológica.

\*Pós-Graduação em MBA Gestão Empresarial pela Universidade Estácio de Sá. Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social e Especialista em Educação e Consciência. E-mail: elionice7@yahoo.com.br

Sendo assim, essa proposta traz como problemática a seguinte indagação: Como uma gestão poderá desenvolver Educação Ambiental para Desenvolvimento Sustentável no espaço empresarial?. Em tempos de neoliberalismo, governo, a sociedade civil e organizações têm pressionados as empresas quanto uma nova consciência para preservação ambiental, sobretudo quanto a produção e prestação de serviço de forma consciente, em sentido de preservação ambiental.

A escolha do tema teve como motivação, acontecimentos assistidos e vivenciados nas relações do cotidiano do mundo do trabalho, que retratam o esvaziamento e o descomprometimento com a educação ambiental, sobretudo ausência de práticas educativas para transformação de comportamentos e novas atitudes para o desenvolvimento sustentável. Contudo a Educação Ambiental tem uma função social importantíssima para a formação e desenvolvimento das virtudes e valores ambientais, multiplicando assim, referenciais para a jornada pessoal, profissional e social dos indivíduos, sobretudo novos comportamentos e práticas ecológicas no mundo empresarial.

Em análise a teórica, a pretensão desse trabalho está pautada nos seguintes objetivos: Geral: Identificar como gestão poderá desenvolver Educação Ambiental para Desenvolvimento Sustentável no espaço empresarial. Quanto aos Específicos: Compreender a relevância da Educação Ambiental para o despertar desenvolvimento sustentável na empresa; Entender como os Gestores poderão desenvolver a prática de consciência ambiental; Compreender como a Educação Ambiental pode influenciar comportamentos em uma empresa e mudar a cultura organizacional.

Para dar conta desse objetivo, foram analisados conteúdos pertinentes ao tema em questão, no qual destaca a importância da prática socioambiental no âmbito das empresas. A presente proposta de pesquisa, tem ênfase qualitativa e natureza exploratória, ao qual está estruturada nas principais técnicas: levantamento bibliográfico e revisão de literatura favorecendo o diálogo entre autores e a fundamentação teórica.

A metodologia visou englobar uma pesquisa bibliográfica ampla para a construção unitiva, no qual envolve os principais conceitos, ou melhor, a concepção da prática socioambiental nas empresas. Importa explicitar que houve uma flexibilidade do planejamento dessa proposta, em virtude da dinâmica existente na

relação entre o pesquisador e a proposta para pesquisa, tendo em vista a ordenação cronológica de suas fases.

Por fim, as considerações finais que, apontam que a Educação Ambiental é um viés para transformação de comportamentos e cultura organizacional, sobretudo o desenvolvimento de uma Educação Ambiental que envolve a totalidade do ser humano em suas dimensões complexas do ser e que se estende a todas as facetas do seu pensar e agir, denunciando o grau da consciência ecológica dos indivíduos.

## **1 - Gestão Empresarial: Responsabilidade Socioambiental e Sustentável**

Um dos maiores desafios na atualidade é criar uma consciência de educação ambiental, principalmente no sentido da responsabilidade empresarial. No modelo atual de desenvolvimento empresarial, incorporou-se alguns conceitos fundamentais e expressões sociais para sua própria estruturação econômica e no fazer cotidiano. Tais conceitos como Educação, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável, consciência ecológica são algumas dessas expressões usadas para o aumento do consumo, marketing, visibilidade, gestão e lucro.

Com os grandes debates acerca do meio ambiente, é notório um aumento das pressões políticas e econômicas sobre os setores empresariais para que estes modifiquem seu modo de se relacionar com o meio ambiente, demonstrando um maior comprometimento socioambiental através de medidas de gestão e controle ambiental com ênfase em estratégias preventivas.

A propagação dos problemas socioambientais tem cobrado das empresas uma mudança de conduta, sobretudo acerca nova forma de linguagem voltada para a responsabilidade ambiental que, nos setores de ponta do universo empresarial passou a ser encarada como uma questão de sobrevivência (SILVA, 2013).

O fortalecimento do debate ambiental vem provocando o aumento de pressões políticas, sociais e econômicas sobre os setores empresariais. Segundo Barbieri (2016), os problemas ambientais exigem uma nova atitude dos empresários e administradores que deverão considerar o meio ambiente em suas decisões e

adotar novas práticas administrativas e tecnológicas para contribuir para ampliar a capacidade de suporte do planeta.

As preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças: governo, a sociedade e o mercado. Nesse sentido, ressalva Barbieri (2016, pág: 83):

Se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental. As legislações ambientais resultam da percepção de problemas ambientais por parte de segmentos da sociedade, que pressionam os agentes estatais para vê-los solucionados.

As existências das legislações ambientais demonstram que o tema entrou na agenda dos políticos e que as sociedades e organizações civis têm tornado uma influência poderosa para expressões de denúncias, formação de opiniões e pressões política em defesa do meio ambiente.

Ademais, é perceptível que há um aumento da consciência da população em geral, sobretudo, dos consumidores no sentido de procurar de produtos e serviços sustentáveis, ambientalmente saudáveis. Nesse sentido, o surgimento de rótulos ou selos verdes são indicadores da atenção dada ao meio ambiente, no que concerne ao desempenho ambiental face ao critério definidor das escolhas por parte dos Consumidores na hora de realizar um compra (BARBIERI, 2016).

Segundo Almeida (2002), o crescente conhecimento científico do funcionamento dos ecossistemas e de toda a sua magnífica complexidade desafiava a nossa conceituação do mundo, algo que se convencionou chamar de paradigma. Diante do paradigma, grandes questionamentos do meio ambiente foram questionados como conciliar a atividade econômica com a conservação dos sistemas ambientais, o que nos leva a refletir a economia *versus* ecologia de forma mais responsável e desafiadora.

O processo de mudança do antigo paradigma para o novo conceito Sustentabilidade está em evidência e envolve literalmente todas as áreas do pensamento e da ação do homem. A dimensão ambiental perpassa todas as atividades humanas. Os desequilíbrios socioambientais são o resultado do velho paradigma cartesiano e mecanicista, com sua visão fragmentada do mundo e não

podemos pensar mais em um universo como um conjunto de partes isoladas, funcionando como um mecanismo exato e previsível.

O tempo urge pelas transformações cada vez mais rápidas causadas pela tecnologia induzem à instabilidade econômica, ambiental e social, por um lado, e à perda da diversidade natural e cultural por outro. O velho paradigma não dá conta de entender e lidar com as complexidades e sutilezas dessas transformações.

Haja vista que o novo, cujo eixo é a ideia de integração e interação, propõe uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos: do científico, com toda a sua rica variedade de disciplinas, ao religioso - passando pelo saber cotidiano do homem comum. (ALMEIDA, 2002).

A concepção Desenvolvimento Sustentável, foram concebidos ou desenvolvidos em diversas conferências internacionais, regionais e nacionais sobre meio ambiente, muitas delas tendo a Unesco como promotora ou apoiadora (BARBIERI, 2011).

A ciência chamava atenção para problemas como o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a chuva ácida e a desertificação. Formalmente batizada de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi criada pela ONU em dezembro de 1983, para estudar e propor uma agenda global para a humanidade enfrentar os principais problemas ambientais do planeta e assegurar o progresso humano sem comprometer os recursos para as futuras gerações (ALMEIDA, 2002).

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento começou a construir o conceito de desenvolvimento sustentável, ao qual recorreu à noção de capital ambiental. A comissão denunciou a dilapidação dos recursos ambientais do planeta por seus habitantes atuais às custas dos interesses de seus descendentes e reafirmou que muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tanto nas nações ricas quanto nas pobres (ALMEIDA, 2002).

Os prejuízos da natureza são irreparáveis, conforme sinaliza Almeida (2002, pág 25):

Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucro nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos. Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo.

Frisa Almeida (2002) que o Desenvolvimento sustentável seria satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.

No universo empresarial, a dimensão ambiental era vista, na melhor das hipóteses, como um mal necessário. No máximo, submetiam-se aos controles estabelecidos pelo poder público. As empresas mais pressionadas pela opinião pública buscavam tomar “banhos de verde”, recorrendo às pressas à ajuda de especialistas em marketing, na tentativa de mudar a imagem comprometida por décadas, às vezes séculos, de descaso ambiental (ALMEIDA, 2002).

Segundo Almeida (2002), faltava às empresas formular seu papel no mundo da sustentabilidade. Para o autor, para promover a mudança de rumo, propõe uma combinação de gestão de comando-e-controle (as regulações governamentais); autoregulação, definida como iniciativas empresariais com a criação de padrões, monitoramento e metas de redução da poluição; e instrumentos econômicos, pelos quais os governos podem intervir no mercado utilizando-se de mecanismos como impostos sobre poluição, licenças de poluição negociáveis e outros.

Introduz conceitos radicalmente novos, como a ecoeficiência: a poluição representa recursos que se “evadiram” de um sistema de produção. É, portanto, uma anomalia econômica. Evitá-la é do interesse do sistema produtivo. Longe de ser um “mal necessário”, o controle ambiental é estratégico – deve ser visto como uma vantagem competitiva (ALMEIDA, 2002, pág 27)

Com essa nova concepção, tornam-se cada vez mais aptos a compreender e participar das mudanças estruturais na relação de forças na área ambiental, econômica e social. Não há como fugir da nossa responsabilidade ambiental, o mundo agora é tripolar: governo, sociedade, empresas. E a gestão ambiental, tarefa de todos, evolui para algo mais profundo e mais amplo, que é a gestão da sustentabilidade.

Frisa Almeida (2002), a sustentabilidade exige uma postura preventiva, que identifique tudo que um empreendimento pode causar de positivo para ser maximizado e de negativo para ser minimizado. Com os avanços tecnológicos que o homem foi capaz de obter tornaram cada vez mais curto o tempo para que um impacto sobre o meio ambiente e sobre a sociedade seja plenamente sentido.

A adesão à busca da sustentabilidade pressupõe, portanto, uma noção clara da complexidade e das sutilezas do fator tempo. Sobretudo, exige uma postura não imediatista, uma visão de planejamento e de operação capaz de contemplar o curto, o médio e o longo prazo (ALMEIDA, 2002, pág 27)

Nesse sentido, uma gestão da sustentabilidade exige também a consciência da importância do fator espaço. Ações locais, geograficamente restritas, têm um efeito global se forem replicadas.

Como agir de maneira a garantir sua sobrevivência a longo prazo – ou seja, sua perenidade - diante dos desafios impostos pela natureza e pela sociedade é a questão que se apresenta a todas as empresas de todos os portes. Não há respostas acabadas, mas há experiências, reflexões e práticas em construção.

Para ser sustentável, uma empresa ou empreendimento tem que buscar, em todas as suas ações e decisões, em todos os seus processos e produtos, incessante e permanentemente, a ecoeficiência.

Vale dizer, tem que produzir mais e melhor com menos: mais produtos de melhor qualidade, com menos poluição e menos uso dos recursos naturais. E tem que ser socialmente responsável: toda empresa está inserida num ambiente social, no qual influi e do qual recebe influência. Ignorar essa realidade é condenar-se a ser expulsa do jogo, mais cedo ou mais tarde.

Como já dissemos, a busca da sustentabilidade é um processo, sendo a própria construção do conceito uma tarefa ainda em andamento e muito longe do fim.

A Gestão Ambiental acaba exigindo práticas de marketing verde para divulgar os produtos e/ou serviços da empresa. Segundo Dias (2017), o marketing verde não poderá ser considerado somente um conjunto de técnicas voltadas para projetar e comercializar serviços e/ou produtos que não prejudicam ao meio ambiente, mas sim uma grande ferramenta de articulação das relações entre o consumidor, a empresa e o meio ambiente.

A concepção do Marketing Verde, consiste em:

[...] adotar uma filosofia de marketing ecológico, deve-se ter em mente essa concepção macro do processo, onde a compreensão da importância da preservação do meio ambiente esteja impregnada e toda a organização, incluindo o comportamento cotidiano das pessoas que a integram (DIAS, 2017, pág: 170).

Nesse sentido, é de suma importância que desenvolvam ações de promoção de consciência ecológica tanto interno como externo às organizações, buscando sempre expandir a cultura baseada em valores ambientais, onde o processo de gestão envolva sempre questões ambientais de forma integrais e incorporar todos os ângulos que envolvam o problema junto com a equipe, instituição e consumidores.

## **2 - Consciência Ecológica: Educação Ambiental nas Empresas**

A Educação Ambiental é um componente essencial do movimento pelo desenvolvimento sustentável que ganhou popularidade, em escala mundial, desde a última década do século passado e cresce a cada dia, à medida que as crises sociais e ambientais de dimensão planetária continuam ameaçando o futuro da humanidade e do próprio planeta (BARBIERI, 2011).

A concepção de Educação Ambiental deu especial atenção aos profissionais cujas atividades e decisões geram repercussões significativas sobre o meio ambiente, como administradores, engenheiros, economistas, desenvolvedores de produtos, formuladores de políticas públicas, entre outros.

O conceito de desenvolvimento sustentável no mundo corporativo foi definida pelo World Business Council for Sustainable Development, como estratégia entre os fatores econômicos, ambientais e sociais, que conseqüentemente, balizaram a sustentabilidade corporativa, influenciando todas as organizações constituintes de uma cadeia produtiva (JACOBI, 2003).

Como supracitado, a concepção de Desenvolvimento Sustentável, foi concebida por vias diversas com conferências internacionais, regionais e nacionais, tendo a Unesco como promotora e apoiadora. As origens da Educação Ambiental

estão ligadas à própria criação da Unesco, em 1946, órgão da Organização das Nações Unidas que iniciou o debate em torno da educação de um modo geral e da Educação Ambiental em particular, em termos globais e por meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil, um marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2016).

Mesmo depois que outros órgãos da ONU assumiram os debates, como a Assembleia Geral da ONU (1966) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Unesco continuou dando sua contribuição para esse movimento nos campos da educação e cultura, suas áreas de atuação específica, como será mostrado mais adiante.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, em 1972, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos e para que possam gozar de todos os direitos fundamentais (BARBIERI, 2016).

A UNESCO e o PNUMA criaram um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), onde tinha como objetivo de promover o intercâmbio de ideias, informações, experiências e fomentar o desenvolvimento de atividades de pesquisa que melhorem a compreensão acerca da Educação Ambiental entre as nações de todo o mundo e dar assistência aos Estados membros com relação à implantação de políticas e programas de Educação Ambiental (BARBIERI, 2016).

Segundo Barbieri (2016) uma das primeiras atividades do PIEA foi a realização de um Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado, um importante documento sobre diversas questões pertinentes à Educação Ambiental, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Essa Carta de Belgrado estabeleceu que a meta básica da ação ambiental que seria melhorar todas as relações ecológicas e as relações do Ser Humano, bem como desenvolver uma consciência na população mundial e sinalizar todos os problemas associados ao meio ambiente “com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca

por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas” (Barbieri, 2016, pág: 55).

O público alvo da Educação Ambiental, é constituído por todos os integrantes da educação formal e não formal. Os primeiros seriam os alunos e professores de todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior e o treinamento profissional; os segundos incluem jovens e adultos, individualmente considerados ou em grupos, de todos os segmentos da sociedade: trabalhadores, administradores, profissionais liberais, entre outros (BARBIERI, 2016).

Segundo Barbieri (2016), a Carta Belgrado ela é um dos documentos mais importantes sobre Educação Ambiental no que se refere aos conceitos, princípios e diretrizes associados ao desenvolvimento sustentável. Os objetivos da Educação Ambiental, de acordo com a Carta de Belgrado, são:

1. *Conscientização*: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.
2. *Conhecimento*: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades.
3. *Atitudes*: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.
4. *Habilidades*: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.
5. *Capacidade de avaliação*: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.
6. *Participação*: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais. (BARBIERI, 2016, pág: 55-56).

Importa nesse instante dar significado da Educação, onde tal discussão pretende subsidiar a compreensão da sua importância na formação de indivíduos inseridos em um sistema capitalista que provoca contínuas mudanças no contexto social e ambiental

Segundo Freire (1979), não se pode refletir sobre a educação sem refletir sobre o próprio homem. Isto porque é necessário que se faça um estudo filosófico-antropológico, para encontrar em sua natureza o núcleo fundamental, no qual se sustenta o processo da educação.



O homem é um ser inacabado, sabe-se inacabado. É um ser que se educa na relação com o outro. Freire (1979, p 14) afirma que não haveria Educação se o homem fosse um ser acabado e que, portanto,

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode se o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Conforme o autor, o homem, como fundamento da Educação, é construtor de si e do mundo em que vive. Para isto, tem como base de formação o processo de Educação.

Mas o homem não vive isolado, ele é sujeito social, com capacidade de criticar o mundo do qual faz parte e a si mesmo, um ser em contínuo processo de formação. É um ser capaz de refletir e de agir na sua própria formação.

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. Esta relação homem – realidade, homem – mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir. (FREIRE, 1979, p. 8).

A educação seja ela formal, informal ou ambiental têm relação direta com a sociedade na qual está inserida. É uma prática social voltada para o processo de desenvolvimento das faculdades humanas e sociocultural dos indivíduos.

O homem, em sua dimensão social e ambiental, na construção prática do exercício da cidadania e da sua participação na sociedade, tem a educação como base de sua formação técnica e desenvolvimento das suas capacidades bio-psico-

físico-ambiental. A educação está presente em diversas esferas, que portanto, diz respeito a todas as pessoas, a toda a sociedade.

No processo educativo, há uma troca de equivalentes, ou seja, tanto os indivíduos quanto a sociedade se beneficiam. Nessa dinâmica, indivíduo e sociedade formam uma relação dialética em que a própria construção e desenvolvimento da história são também a história e formação do indivíduo numa relação social de produção e até mesmo uma transformação interna. Nesse sentido, a Educação Ambiental está inserida em uma relação dialética, pois ao tempo que transforma ações, os próprios resultados é pra desenvolvimento e manutenção da sociedade.

[...] educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental. (JACOBI, 2003, pág: 193)

Embora a discussão do sistema capitalista não seja o foco de discussão, porém consideramos que faz parte da classe empresarial esse tipo de abordagem, ao qual faz-se necessário a sustentação da ideia que as empresas embora tenham interesses próprios, as práticas administrativas precisam estar atreladas com motivação de interesse comum a comunidade e sociedade, envolvendo-os com práticas de proteção ambientais.

A educação formal sempre esteve a serviço do capital, ou seja, do mercado de trabalho e não a formação de seres humanos com capacidades inatas em valores. Estaria, assim, subordinada às determinações econômicas, conseqüentemente, gerando inserções diferenciadas, de inclusão de uns poucos e exclusão de uma maioria.

A educação não pode atender apenas um interesse mercadológico, em detrimento a outros, mas sim atender uma Educação Ambiental para sustentabilidade do Planeta. Como coloca Ball (1995, p. 215), “em outras palavras o funcionamento e os efeitos de um mercado da educação beneficiam certas classes e frações de classe em detrimento de outras”. Daí, que a Educação Ambiental deveria

ser um marco estratégico para trabalhar num processo de formação dentro do sistema capitalista.

Importa ressaltar, no entanto, de que no processo educativo de trocas de equivalentes entre os indivíduos e a sociedade; e mais, que o homem é ser que reflete, que se coloca e está inserido em uma realidade dinâmica.

Nessa relação de troca entre o homem e a realidade, encontra-se a raiz da educação. Sendo assim, o homem deve se tornar sujeito de sua própria educação e não simplesmente objeto dela. Por isso, a relação entre homem e a escola, também é uma troca contínua e transformadora do mundo circunscrito.

Sob esta percepção, o desafio da sociedade contemporânea pressupõe em restaurar a condição do homem como construtor da história e sujeitos. Nesse sentido, a Educação Ambiental iniciada nas empresas, é uma alternativa de verificarmos ações práticas de transformação dos espaços de trabalho que, conseqüentemente, refletirá ao consumidor e sociedade, ações práticas de consciência ambiental, uma educação ecológica.

O ser humano, atualmente, sofre e reage à educação produzida no mundo capitalista de forma que, como sujeito, o homem possa participar e usufruir das lutas e conquistas sociais relacionadas a uma educação universal e de qualidade. Este desafio, inclusive, é resultante de conquistas travadas historicamente pela classe trabalhadora. Essas conquistas foram, ao longo da história, transformadas em direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

Diante desse impacto do capital, sustentamos que para ter possibilidade de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, é necessário romper com a lógica do capital, isso se quiser contemplar a criação de uma alternativa educacional diferente, ou seja, uma educação ambiental, sem as algemas do capitalismo, rica de possibilidades, na qual o seu papel seja para o desenvolvimento do ser humano e não simplesmente a formação para o trabalho no capital.

Para Mészáros (2005, p. 13), “É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidade.”. Ainda segundo o autor:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos

indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Mészáros (2005) vem, ainda, confirmar que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia e da escola. Isto porque ela é uma responsabilidade social, deve ir às ruas, alcançar espaços públicos e abrir-se para o mundo. Ora, com a Educação Ambiental não pode ser diferente.

O autor pontua que as práticas educacionais devem trabalhar com as mudanças necessárias para uma construção da sociedade sem a exploração do capital, ao qual este pretende alienar e dominar na formação para o trabalho.

O contexto atual, urge por uma educação ambiental voltada para o conhecimento da totalidade das consequências da poluição e escassez dos recursos e o reconhecimento da necessidade de mudar o comportamento para transformação da produção e consumo uma educação que considere e articule as dimensões do social – política, econômica, ideológica e da consciência, numa perspectiva de uma educação integral e com interação para sustentabilidade socioambiental.

## **Análise dos resultados**

A investigação bibliográfica foi fundamental para que houvesse uma fundamentação pertinente na temática para detectar e subsidiar todo o percurso da construção do artigo. Pensando nessas dimensões pessoal, profissional e social dos indivíduos, importa mencionar a contribuição dos estudos acerca dos como uma alternativa, senão única, para poder engendrar novas perspectivas na educação ambiental nos espaços empresariais.

Para tal, buscou-se sempre uma revisão bibliográfica pertinente ao tema, mantendo diálogos entre autores de linhas de pensamento diferentes, a fim de enriquecer a compreensão, bem como uma síntese em torno de várias concepções.

Discutir Educação Ambiental configura-se como uma questão emergencial no atual contexto que envolve um conjunto de atores tanto nas empresas como na sociedade, que exige que estejamos atentos e engajados na lógica de preservação e sustentabilidade para salvar os recursos naturais.

Nesse sentido, urge a necessidade de desenvolvimento da Consciência Ecológica dos indivíduos nas mais diversas formas de organização social, para que despertem para a fomentação de novas ações alternativas que priorize novas possibilidades de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Em análise ao tema pesquisado, observou-se que o desenvolvimento sustentável passou a fazer parte da agenda das empresas como uma demanda muitas vezes exigida pelo governo, as legislações ambientais e organizações civis, como mandamento irrenunciável, no que diz respeito a boas práticas na produção, aderindo ao marketing verdes e práticas ecológicas.

A Educação Ambiental faz-se necessário para que haja uma consciência ecológica em prática. Todo comportamento humano irá afetar o meio ambiente, uma vez que está sujeito às atitudes e valores adotados pelos indivíduos. As ações humanas, de acordo com o grau de consciência que as conduz, irão determinar os rumos da sobrevivência e percepção da realidade para a sustentabilidade socioambiental.

Portanto, urge a necessidade de promoção da conscientização socioambiental no contexto contemporânea, ao qual exige novas tendências de pensamento e comportamento, sempre em articulação aos fundamentos que definem as diretrizes de gestão empresarial para o desenvolvimento de uma consciência ecológica.

## **Considerações Finais**

A classe empresarial vem buscando resgatar sua cota de responsabilidade no processo de desenvolvimento socioambiental, no que se refere a redução dos impactos ambientais na sociedade. Essa expressão de conduta ambiental das empresas ainda é um desafio no contexto mundial, em especial em países emergentes como é o caso do Brasil.

Nesse mundo globalizado e internacionalizado, em que ocorrem, concomitantemente, os avanços tecnológicos de altíssima sofisticação em detrimento a redução da garantia e perdas dos recursos naturais, requer novos

paradigmas no âmbito empresarial e formacional dos indivíduos no que se refere ao meio ambiente.

É extrema relevância que essa consciência ambiental se amplie e seja capaz de inserir na lógica das organizações, princípios de cidadania e democracia sem os quais a sustentabilidade social não sobrevive.

Diante desse quadro, faz-se necessário uma mudança na cultura das empresas para que a dimensão ambiental possa ser verdadeiramente incorporada. Esse processo de transformação tem sido influenciado por vários fatores externos e internos, dentre eles: a legislação ambiental, ocupando uma posição de destaque em relação a imposição para criar uma responsabilidade nas empresas.

Essa pesquisa bibliográfica ficou evidenciada que durante algumas décadas recentes introduziram no centro da agenda pública nacional e internacional, a noção de cidadania ambiental, que se expressa como o direito a viver e usufruir de um ambiente limpo e saudável.

A prática da gestão ambiental empresarial quando bem aplicada, pode minimizar os custos, evitar desperdícios de matérias-primas e recursos naturais. A empresa também deve passar essa prática adiante, a seus colaboradores para que não ocorra falta de informação e que desta forma todos saibam a importância da gestão ambiental e possam aplicá-la em seus processos de trabalho.

A sociedade tem um papel fundamental neste processo, pois a mesma pode servir de exemplo para outras gerações. Assim empresa e sociedade podem buscar juntas o melhor para o meio ambiente.

Contudo, é notório o agravamento da ausência de valores ambientais e sentido maior de vida em relação ao aumento dessas novas tecnologias no mercado de trabalho e ausência de uma educação baseada em valores, no que reforça, cada vez mais, a estagnação do grau de consciência dos seres humanos.

Assim, importa compreender que na empresa, em casa ou na escola são espaços em que a educação ambiental para o homem vai abarcar multidimensões que ele representa, bem como o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os indivíduos partícipes da própria história social. Esta seria uma educação voltada para os valores ambientais, o respeito como meio ambiente e o futuro de sujeitos de direito e partícipe da formação de uma sociedade.

A Educação Ambiental deveria fazer parte de um contexto integrado em diversas dimensões. A ela se articulam relações de ordem social, econômica, psicológica e cultural. Essas relações, por sua vez, fazem-se refletir no cotidiano que o atinge no processo de desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental tem um poder fundamental para uma ação transformadora social, que poderá ser propositiva para a legitimação de valores ambientais, formação dos indivíduos em si mesmos e para o exercício de seus papéis e funções para atuação no mundo contemporâneo, bem como contribuir com conhecimento na abordagem social para conscientização ecológica e sustentabilidade.

Cabe a legitimação da abordagem educação ambiental nas empresas, para que possa atender as novas possibilidades nas ações, principalmente diante da diversidade e da totalidade, referendando em valores ambientais, no que requer uma gestão empresarial que desenvolva ações para intermediar e engendrar resultados para o desenvolvimento sustentável, bem como a implementação de uma Educação Ambiental para a expansão da Consciência Ecológica para um ser humano melhor e um mundo melhor.

## Referências

BALL, Stephen J. Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe. In: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 40º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CURY, Denise. **Gestão Ambiental**. Pearson Brasil, 2011.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3 ed São Paulo: Atlas, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 5. ed. rev., São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Andre Dominguez. AGUADO, Octavio Vazquez. PEREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Cortez, São Paulo, 2015.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118. São Paulo. 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em Debate**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca**. São Paulo: Manole: 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Ética e Meio Ambiente: para uma Sociedade Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2013.